



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

“Credenciamento de entidade privada, com a finalidade de seleção de interessados na elaboração e execução completa dos projetos de eficiência energética, em conformidade com a Lei 13.019/2014 e com as demais legislações pertinentes e com as exigências estabelecidas neste edital”

O **MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS/RS TORNA PÚBLICO** a todos os interessados que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO** em **08/06/2020, às 09 horas**, na Prefeitura Municipal, para o **CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas** para prestar serviço de execução completa **e não onerosa** dos projetos de eficiência energética, mediante contratação direta conforme condições deste Edital.

JUSTIFICATIVA

A empresa concessionária de distribuição de energia, bem como as cooperativas de eletricidade, geração e distribuição de energia que atendem a nossa região, seguindo regulamentação da ANEEL, lançou Chamada Pública para Seleção de Propostas de Projeto de Eficiência Energética para o ano de 2020.

Este processo visa promover oportunidades mais isonômicas de participação dos consumidores no PEE RGE (pertencente ao Grupo CPFL Energia) - Programa de Eficiência Energética CPFL, selecionando os projetos com os melhores resultados do ponto de vista do sistema elétrico nacional e promovendo a transparência do programa.

Serão disponibilizados recursos suficientes para o financiamento de projetos de eficiência energética que possam ser adotados em residências, indústrias, prédios públicos, estabelecimentos comerciais ou de serviços, na área rural ou na iluminação pública. Os critérios básicos de seleção dos projetos atendem aos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética (PROPEE), definidos pela ANEEL através das Resoluções Normativas nº 556/2013 e nº 830/2018.

Para participar desta Chamada, o Município de Rio dos Índios deve apresentar projeto pautado em ações de melhoria de instalação, que são ações realizadas em instalações de uso final de energia elétrica envolvendo a troca ou melhoramento do desempenho energético de equipamentos e sistemas de uso da energia elétrica ou projetos que contemplem além das ações de melhoria, a inclusão de geração de energia elétrica a partir de fontes incentivadas também poderão participar do processo de seleção.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

1 – DO OBJETO

1.1 – Credenciamento e Seleção de empresa ESCO (Energy Service Company) ou empresa de engenharia habilitada para prestação de serviços especializados de engenharia para elaboração de diagnóstico energético e execução de todas as atividades necessárias a viabilizar a participação do Município de Rio dos Índios nos Programas de Eficiência Energética publicados pelas concessionárias de energia elétrica, em especial, da RGE, pertencente ao Grupo CPFL Energia, em razão da Lei Federal nº 12.212/10.

A empresa participante arcará com todas as despesas necessárias à elaboração do projeto, independentemente da seleção ou não do mesmo no Programa de Eficiência Energética, não sendo devido qualquer valor por parte do Município de Rio dos Índios/RS.

Qualquer verba que a empresa credenciada venha a receber pela implementação do projeto, será diretamente relacionada ao montante repassado pela concessionária em conta indicada pelo Município, e este fará o pagamento à empresa credenciada, na medida de suas obrigações.

Caso o projeto elaborado seja aprovado pela distribuidora, a empresa credenciada será responsável também pela execução de todos os serviços e fornecimento de materiais necessários para implementação do programa de eficiência energética no Município de Rio dos Índios.

1.2 – São partes integrantes deste Edital:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – TABELA DE CRITÉRIOS
- ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO
- ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2 – DA VIGÊNCIA DO EDITAL

2.1 – O presente edital de credenciamento terá prazo de vigência de 1 (um) ano.

3 – DO PREÇO

3.1 – A empresa participante arcará única e exclusivamente com todas as despesas necessárias à elaboração do projeto e, independente se for o projeto selecionado ou não no Programa de Eficiência Energética, não será devido nenhum valor por parte do Município de Rio dos Índios/RS.

3.2 – A participante selecionada, poderá ser ressarcida dos custos dos serviços prestados, por meio do repasse de valores realizados do PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL para a conta indicada pelo Município, e deste para a empresa credenciada, desde que o projeto seja aprovado pela concessionária.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

4 – DO PRAZO

4.1 – A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato pelas partes, de forma que os documentos necessários à participação do Município nas Chamadas Públicas sejam entregues em tempo hábil.

4.2 – O prazo de entrega do diagnóstico energético pela Contratada deverá obedecer às regras definidas nas Chamadas Públicas.

4.3 – A contratada se obriga a cumprir os prazos e condições de todas etapas estabelecidas nas Chamadas Públicas.

4.4 – O prazo para o início e conclusão das etapas deverá seguir o definido nos editais de chamadas Públicas e termos de cooperação celebrados entre o Município de Rio dos Índios e concessionárias ou permissionárias.

4.5 – Em caso de aprovação do projeto apresentado à concessionária, o prazo de implementação utilizando-se dos recursos do Programa de Eficiência Energética, seguirá o informado nos editais de chamada pública e termos de cooperação celebrados.

4.6 – O prazo da entrega de informações e de documentação, porventura solicitadas pela contratada ao Município de Rio dos Índios, será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.

5 – DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 – Somente poderá participar deste credenciamento, Pessoas Jurídicas especializadas no ramo do objeto interessadas em prestar os serviços de elaboração e execução completa não onerosa dos Projetos de Eficiência Energética, as quais deverão apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou por servidor da administração, ou ainda por sistemas informatizados (internet) podendo ainda ser verificados pela Administração:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e ÚLTIMA alteração, devidamente registrado na Junta Comercial e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores (Cópia autenticada);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014);
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do credenciado;



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (perante a Justiça do Trabalho (www.tst.jus.br));
- g) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da Sede Licitante, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias antes da data para protocolo dos envelopes que trata o item 1;
- h) Declaração expressa do responsável pela empresa, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- i) Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor (Art 7º, inciso XXXIII, CF).
- j) Requerimento de Credenciamento;

5.2 – Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

5.3 – Não poderá participar deste Credenciamento empresa que se enquadrar em qualquer das seguintes situações:

- 1) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- 2) Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;
- 3) Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);
- 4) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;
- 5) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 6) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário;
- 7) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

- 8) Que possua entre seus sócios, dirigentes ou empregados, servidores do Município nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;
- 9) O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

5.4 – Ainda como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da documentação do Credenciado, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, portal.tcu.gov.br);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.4.1 A consulta aos cadastros será realizada em NOME DA EMPRESA CREDENCIADA e também de SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92, que prevê dentre sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.4.2 – Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o Credenciado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5 – As consideradas não habilitadas, por não atenderem os requisitos exigidos no presente edital de convocação, poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da decisão.

6 – PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1 – As empresas interessadas em participar do presente credenciamento deverão entregar, em **08 de junho de 2020, às 09 horas, na Prefeitura de Rio dos Índios/RS**, em envelope lacrado, contendo:

- a) Pedido de credenciamento devidamente preenchido e assinado;
- b) Documentação de habilitação conforme item 5.1 deste Edital.

6.2 – O envelope deve ser identificado da seguinte maneira:

MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS/RS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020
CREDENCIAMENTO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

7 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – Os serviços serão executados em etapas, que estão listadas abaixo de forma geral e abrangente, sendo necessário o seu enquadramento para cada Chamada Pública divulgada.

7.2 – Pré-diagnóstico e/ou Diagnóstico Energético: elaboração do Relatório no qual serão levantadas as principais ações, analisada a viabilidade econômica e eficiência de cada ação, com cumprimento de todas etapas e procedimentos do PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL. Documento entregue às concessionárias e permissionárias na primeira etapa da chamada Pública.

7.2.1 – Antes da apresentação à concessionária ou permissionária de energia, do pré-diagnóstico e/ou diagnóstico energético, a contratada deverá validá-lo junto ao Município de Rio dos Índios.

7.3 – Aceitação do Projeto pelas concessionárias/permissionárias e execução: havendo aceitação do diagnóstico e homologação pelas concessionárias e permissionárias, serão promovidas:

a) Assinatura do Termo de Cooperação Técnica e formalização por meio da publicação em meio oficial.

b) Execução das melhorias: aquisição/ instalação dos equipamentos e contratação dos serviços necessários para execução do projeto proposto e aprovado junto a concessionárias e/ou permissionárias.

7.4 – Medição e Verificação do Sistema Atual e Novo:

a) Medição e verificação do sistema atual em conformidade ao estabelecido no “PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL”, e ao “Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance” PIMVP – Janeiro de 2012 – EVO 10000 – 1:2012 (Br);

b) Medição e verificação do sistema novo em conformidade ao estabelecido no “Procedimentos do PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL”, e ao “Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance” PIMVP – Janeiro de 2012;

c) EVO 10000 – 1:2012 (Br) a fim de comprovar a economia esperada descrita no diagnóstico energético.

7.5 – Gestão e Fiscalização

a) acompanhamento de todas etapas e fiscalização da entrega e instalação dos equipamentos e serviços adquiridos e executados, com controle do cronograma físico;

b) emissão de relatório mensal de acompanhamento e interface com as concessionárias e permissionárias;



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

c) emissão de relatório conclusivo: entrega do relatório conclusivo para o Município de Rio dos Índios e concessionárias e permissionárias ao final do projeto.

7.6 – Treinamentos e capacitações sobre o programa de eficiência energética e relacionado ao projeto aprovado e executado para a equipe de manutenção, operação e corpo administrativo indicado pelo Município de Rio dos Índios/RS, obedecendo também aos requisitos estabelecidos no Edital de Chamada Pública.

8 – FORMALIZAÇÃO

8.1 – O credenciamento será formalizado mediante Termo de Contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo III, devendo o interessado comparecer no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de habilitação, no Departamento de Compras, no endereço constante no preâmbulo deste edital.

8.2 – O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano prorrogável até 60 (sessenta) meses.

8.3 – A execução do serviço deverá ter início imediato, a contar da data de assinatura do contrato.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O Município de Rio dos Índios/RS poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse Público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

9.2 – A credenciada deverá comunicar formalmente ao Município, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços.

9.3 – O credenciamento universal será formalizado por decisão do Município de Rio dos Índios/RS e poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse Público, ou a pedido da (o) Credenciada (o), que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

9.4 – Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município, sob os aspectos da legislação pertinente.

10 – INFORMAÇÕES

10.1 – Informações sobre o andamento do credenciamento e resultados de julgamentos poderão ser obtidas na Prefeitura de Rio dos Índios, no horário de expediente, através dos telefones: (54) 3614-2004, 3614-2106, ou pelo e-mail: administracao@riodosindios.rs.gov.br

Rio dos Índios/RS, 05 de maio de 2020.

Salmo Dias de Oliveira
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

1 – OBJETO

Credenciamento e Seleção de empresa ESCO (Energy Service Company) ou empresa de engenharia habilitada para prestação de serviços especializados de engenharia para elaboração de diagnóstico energético e execução de todas atividades necessárias a viabilizar a participação do Município de Rio dos Índios e sua unidade vinculada nos Programas de Eficiência Energética publicados pelas concessionárias de energia elétrica, em especial, do PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL.

2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 – Os locais, alvo para realização do diagnóstico, estão listados abaixo:

- Rua ROMANO PADOAN
- Rua ÂNGELO SANTINELLI
- Rua PADRE MANOEL GOMES GONZALES
- Rua JULIO DE CASTILHOS
- Rua BENTO GONSALVES
- Rua VITORIO BRINGHENTI
- Rua BORGES DE MEDEIROS
- Rua TEODOLINO PEREIRA DE PAULA
- Rua ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
- Rua JOSE FRANCISCO DA SILVA
- Rua SIQUEIRA CAMPOS
- Rua ARAUCARIA
- Rua IPE
- Rua GUAJUVIRA
- Rua TARUMA
- Rua A – LOTEAMENTO DONA MARIA
- Rua B – LOTEAMENTO DONA MARIA
- Rua C – LOTEAMENTO DONA MARIA

2.2 – Durante o período de vigência do contrato será definido, a critério do Município de Rio dos Índios/RS, a participação nas Chamadas Públicas lançadas pelas concessionárias e permissionárias.

2.3 – Mesmo que o Município tenha participado de uma edição de Edital de Chamada Pública, poderá concorrer novamente em edições posteriores, com a inscrição de novo(s) projeto(s), em qualquer das concessionárias e permissionárias referentes às localidades abrangidas pelo contrato firmado.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

2.4 – Para cada localidade, a Contratada deverá realizar análise de toda instalação e conforme viabilidade, elaborar projeto de implantação e/ou substituição de equipamentos/ sistemas, além de reformas, dentre outras propostas que estejam em consonância com os Editais de Chamadas Públicas publicados e possam habilitar o Município de Rio dos Índios/RS na respectiva Chamada Pública.

2.5 – A Contratada deverá realizar os levantamentos e diagnósticos, as medições, as verificações, os treinamentos/capacitação, a gestão e a fiscalização dos Projetos de Eficiência Energética, bem como todas as atividades necessárias à participação, ao acompanhamento e à prestação de contas em cada endereço coberto pelo contrato firmado.

2.6 – A Contratada deverá utilizar o software de análise de viabilidade *Retscreen* para o diagnóstico ou software similar e específico para análise de viabilidade de eficiência energética, com atendimento a todas exigências do PROPEE.

3 – RESUMO DAS ETAPAS DO PROJETO

3.1 – Os serviços serão executados em etapas, que estão listadas abaixo de forma geral e abrangente, sendo necessário o seu enquadramento para cada Chamada Pública divulgada.

3.2 – Pré-diagnóstico e/ou Diagnóstico Energético: elaboração do Relatório no qual serão levantadas as principais ações, analisada a viabilidade econômica e eficiência de cada ação, com cumprimento de todas etapas e procedimentos do PROPEE (Procedimentos do Programa de Eficiência Energética). Documento entregue às concessionárias e permissionárias na primeira etapa da chamada pública.

3.2.1 – Antes da apresentação à concessionária ou permissionária de energia, do prédiagnóstico e/ ou diagnóstico energético, a contratada deverá validá-lo junto ao Município.

3.3 – Aceitação do Projeto pelas concessionárias/permissionárias e execução: havendo aceitação do diagnóstico e homologação pelas concessionárias e permissionárias, serão promovidas:

- a) Assinatura do Termo de Cooperação Técnica e formalização por meio da publicação em meio oficial.
- b) Execução das melhorias: aquisição/ instalação dos equipamentos e contratação dos serviços necessários para execução do projeto proposto e aprovado junto a concessionárias e/ou permissionárias.

3.4 – Medição e Verificação do Sistema Atual e Novo:

- a) Medição e verificação do sistema atual em conformidade ao estabelecido no “PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL”, e ao “Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance” PIMVP – Janeiro de 2012 – EVO 10000 – 1:2012 (Br);



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

- b) Medição e verificação do sistema novo em conformidade ao estabelecido no “PEE RGE pertencente ao Grupo CPFL Energia – Programa de Eficiência Energética da CPFL”, e ao “Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance” PIMVP – Janeiro de 2012
- c) EVO 10000 – 1:2012 (Br) a fim de comprovar a economia esperada descrita no diagnóstico energético.

3.5 – Gestão e Fiscalização:

- a) acompanhamento de todas etapas e fiscalização da entrega e instalação dos equipamentos e serviços adquiridos e executados, com controle do cronograma físico;
- b) emissão de relatório mensal de acompanhamento e interface com as concessionárias e permissionárias;
- c) emissão de relatório conclusivo: entrega do relatório conclusivo para o Município de Rio dos Índios e concessionárias e permissionárias ao final do projeto.

3.6 – Treinamento:

- a) Treinamentos e capacitações sobre o programa de eficiência energética e relacionado ao projeto aprovado e executado para a equipe de manutenção, operação e corpo administrativo indicado pelo Município de Rio dos Índios, obedecendo também aos requisitos estabelecidos no Edital de Chamada Pública.

4 – DETALHAMENTO DAS ETAPAS

4.1 – Pré-diagnóstico e/ou Diagnóstico:

4.1.1 – Elaboração de pré-diagnóstico e/ou diagnóstico energético de acordo com a Chamada Pública para cada localidade abrangida pelo contrato, a fim de obter recursos junto às concessionárias/permissionárias para, conforme análise de viabilidade técnica e econômica realizada pela Contratada em cada endereço abrangido pelo contrato firmado conseguir recursos financeiros para execução de projetos de instalação/ reforma/ substituição de equipamentos e/ou sistemas, dentre outras oportunidades possíveis, conforme critérios pré estabelecidos nas Chamadas Públicas lançadas.

4.1.2 – O “pré-diagnóstico e/ou diagnóstico energético” é uma avaliação detalhada das ações de eficiência energética nas instalações das unidades consumidoras de energia, resultando em um relatório contendo a descrição detalhada de cada ação de eficiência energética e sua implantação, o valor do investimento, economia de energia e/ou redução de demanda na ponta relacionada, análise de viabilidade e estratégia de medição e verificação a ser adotada.

4.1.3 – As informações mínimas a seguir deverão ser apresentadas no “diagnóstico energético” atendendo detalhamento constante do Módulo 4 –



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

Tipologias de Projeto do PROPEE, Seção 4 – Dados de Projeto, Item 3.2, onde consta o Roteiro Básico para Elaboração de Projetos, disponibilizados no endereço eletrônico, <http://aneel.gov.br/arquivos/zip/PROPEEv1.zip>.

- a) apresentação do Município de Rio dos Índios/RS de informações sobre suas atividades, bem como o horário de funcionamento de cada unidade consumidora pertencente à “proposta de projeto”;
- b) apresentação da empresa responsável pela elaboração da “proposta de projeto”;
- c) apresentação dos objetivos do “diagnóstico energético”;
- d) apresentação dos insumos energéticos utilizados, quando for o caso;
- e) apresentação da avaliação preliminar das instalações físicas e dos procedimentos operacionais da unidade consumidora com foco no consumo de energia elétrica;
- f) apresentação do histórico de consumo de, pelo menos, os últimos 12 (doze) meses de cada unidade consumidora a ser beneficiada;
- g) apresentação da estimativa da participação no consumo de energia elétrica para os sistemas de refrigeração e iluminação no consumo mensal de energia elétrica das unidades consumidoras;
- h) apresentação da análise preliminar das possíveis oportunidades de economia de energia para os usos finais de energia elétrica escolhidos, descrevendo a situação atual e a proposta;
- i) apresentação da avaliação da economia de energia e redução de demanda na ponta com base nas ações de eficiência energética identificadas;
- j) cálculo do percentual de economia do consumo de energia elétrica previsto em relação ao consumo anual apurado no histórico de consumo apresentado dos últimos 12 (doze) meses;
- k) apresentação da descrição detalhada do horário de funcionamento de cada ambiente;
- l) apresentação dos custos para realização do “diagnóstico energético”.

4.1.4 – A contratada deverá apresentar avaliação *ex ante* preliminar, ou seja, calcular a relação custo-benefício (RCB) do projeto com base na avaliação realizada, de acordo com a metodologia estabelecida pela ANEEL no documento “Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE” e conforme Edital da Chamada Pública para a localidade onde serão pleiteados os recursos, documentos em que constam os parâmetros definidos pela ANEEL.

4.1.5 – A contratada apresentará um cronograma físico/financeiro das etapas necessárias para a execução dos projetos de eficiência energética em cada Regional e Sede. Este cronograma apresentado no “pré-diagnóstico e/ou diagnóstico energético” e aprovados pelas



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

concessionárias/ permissionárias será considerado como sendo definitivo, sendo portanto utilizado como base para estabelecer as obrigações contratuais referentes ao prazo de execução dos projetos de eficiência energética.

4.1.6 – Para os diversos sistemas envolvidos nas propostas apresentadas às concessionárias/ permissionárias, deve-se considerar no pré-diagnóstico e/ou diagnóstico a procura de evidências quanto ao tipo de equipamentos / sistemas e suas respectivas perdas, pois esses dados influenciam na estimativa de economia e na avaliação dos resultados do projeto.

4.1.7 – A contratada deverá realizar análise de viabilidade técnica e econômica para instalação, de sistema de energia solar fotovoltaica, projetos de iluminação, condicionamento ambiental, sistemas motrizes, sistemas de refrigeração, sistemas de aquecimento solar de água, fontes incentivadas, descarte de equipamentos substituídos, além de demais projetos que vierem a se enquadrar nos Editais de Chamada Pública lançados pelas concessionárias/permissionárias, nos locais citados neste termo.

4.1.8 – O “pré-diagnóstico e/ou diagnóstico energético” resultará ao final em um relatório contendo, entre outros pontos definidos pelas concessionárias/ permissionárias, uma estimativa do investimento em ações de eficiência energética, economia de energia, redução de demanda na ponta, a estratégia de Medição e Verificação preliminar e o valor para definição e descrição das ações de eficiência energética que serão implementadas.

4.1.9 – A Contratada é responsável por apresentar o projeto às concessionárias/ permissionárias, atendendo prazos das Chamadas Públicas, prestar todos esclarecimentos que forem necessários àquelas empresas e obter a aprovação e homologação.

4.1.10 – Para que os prazos sejam cumpridos, a Contratada deverá realizar todos os levantamentos/ análises e estudos necessários para que quando do lançamento das Chamadas Públicas, o projeto já esteja estruturado de forma a ser possível atender aos prazos definidos.

4.2 – Da execução do projeto:

4.2.1 – Aprovado o pré-diagnóstico e/ou diagnóstico, a contratada providenciará a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Rio dos Índios e concessionárias/permissionárias realizadora da chamada pública.

4.2.2 – A Contratada executará as compras e instalações, atendendo a legislação de contratações pertinente, de acordo com o cronograma aprovado pelas concessionárias/ permissionárias conforme as



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

especificações e estimativas constantes do diagnóstico aprovado.

4.3 – Da Medição e da Verificação:

4.3.1 – A empresa realizará todos os serviços de medição e de verificação (M&V) em conformidade com o estabelecido nos procedimentos e editais já citados neste termo de referência.

4.3.2 – O processo de M&V deverá observar as etapas principais a serem executadas em diferentes estágios de projetos de eficiência energética, em conformidade com os Editais das Chamadas Públicas lançadas.

4.4 – Do Treinamento:

4.4.1 – A contratada realizará treinamento/capacitação e certificação de empregados e/ou representantes, a serem indicados pelo Município de Rio dos Índios/RS, em cada localidade abrangida pela contratação. Estes profissionais farão parte da equipe de acompanhamento da execução do objeto da contratação e serão multiplicadores do conhecimento no âmbito do Município contratante.

4.4.2 – O conteúdo programático mínimo está contido no Anexo IV deste instrumento, devendo também ser cumpridas exigências estabelecidas no edital da respectiva CPP.

4.4.3 – O treinamento dar-se-á na mesma ferramenta usada como suporte para o diagnóstico energético. Este software dará suporte à tomada de decisão no setor de energia limpa e permitirá aos tomadores de decisão e profissionais do setor avaliarem se um determinado projeto de energia renovável, eficiência energética ou cogeração possui viabilidade financeira. Sendo o projeto viável ou não, o software ajudará o tomador da decisão a compreendê-lo.

4.4.4 – O treinamento no software abordará de forma teórica e prática o tema gestão energética em instalações comerciais, de escritório e públicas federais. Com base no Protocolo Internacional de Medição e Verificação (PIMVP), o software permitirá aos responsáveis pelos projetos de Eficiência Energética e Energias Renováveis verificarem fácil e constantemente o desempenho energético de suas instalações.

4.4.5 – Os instrutores devem ser credenciados para ministrar a capacitação no uso do software.

4.5 – Da Gestão e da Fiscalização do Programa de Eficiência:

4.5.1 – A contratada realizará as cotações e as especificações de equipamentos e de mão de obra, de acordo com os „Editais de Chamada Pública“ publicados em cada localidade abrangida pela contratação. Na execução, fiscalizará as instalações e os equipamentos adquiridos e instalados, a fim de acompanhar a implantação das ações previstas no Programa de Eficiência Energética, de acordo com a respectiva Chamada Pública, além de elaborar e de fornecer relatórios mensais para a



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

concessionária ou permissionária, conforme previsto no Termo de Cooperação, acompanhado de cronograma físico-financeiro atualizado e os documentos comprobatórios das aquisições, assim como relatório financeiro contendo as movimentações do recurso do projeto.

4.6 – Dos resultados a serem alcançados com a contratação:

4.6.1 – Espera-se com a contratação, a classificação e a seleção dos projetos do Município de Rio dos Índios nas Chamadas Públicas de Projetos das concessionárias ou permissionárias da localidade abrangida pela contratação e com os recursos financeiros disponibilizados pelas mesmas, por meio das referidas Chamadas Públicas de Projetos.

5 – DOS PRAZOS

5.1 – A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato pelas partes, de forma que os documentos necessários à participação do Município de Rio dos Índios/RS nas Chamadas Públicas ocorra em tempo hábil.

5.2 – O prazo de entrega do diagnóstico energético pela Contratada deverá obedecer às regras definidas nas Chamadas Públicas.

5.3 – A contratada se obriga a cumprir os prazos e condições de todas etapas estabelecidas nas Chamadas Públicas.

5.4 – O prazo para o início e conclusão das etapas deverá seguir o definido nos editais de chamadas públicas e termos de cooperação celebrados entre o Município de Rio dos Índios/RS e concessionárias ou permissionárias.

5.5 – O prazo de contratação e de aquisição dos equipamentos pelo Município de Rio dos Índios utilizando-se dos recursos do Programa de Eficiência Energética, seguirá o informado nos editais de chamada pública e termos de cooperação celebrados entre a OM e as concessionárias ou permissionárias.

5.6 – O prazo da entrega de informações e de documentação, porventura solicitadas pela contratada ao Município de Rio dos Índios/RS, será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

ANEXO II – TABELA DE CRITÉRIOS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
01	Ter aprovado projetos de eficiência energética em chamadas anteriores, de objeto similares.	10
02	Apresentação da condição de ESCO. Comprovação: declaração emitida pela ABESCO (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia).	10
03	Profissional com CMVP/EVO nos quadros da empresa ou sócio, que ficará a cargo dos relatórios de Medição e Verificação – M&V.	10
04	Engenheiro com certificação PMP (Project Management Professional Certification) emitido pelo PMI (Project Management Institute) pertencente aos quadros da empresa ou sócio, que ficará a cargo do gerenciamento do projeto junto a RGE.	10
05	Número de CPP de Projetos de eficiência da ANEEL aprovados: 1 ou 2 = 10 pontos; 3 ou 4 = 20 pontos; acima de 4 = 30 pontos.	30
06	Quantidade de atestados técnicos em eficiência energética ou objeto correlato apresentados: 1 ou 2 = 10 pontos; 3 ou 4 = 20 pontos; acima de 4 = 30 pontos.	30
Pontuação Máxima:		100



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

“Contrato de prestação de serviços especializados de engenharia para elaboração de diagnóstico energético e execução de todas as atividades necessárias a viabilizar a participação do Município de Rio dos Índios/RS nos Programas de Eficiência Energética – PEE, a serem lançados por meio de Chamadas Públicas de Projetos, publicadas pela RGE, pertencente ao grupo CPFL Energia”

O MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS/RS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 94.704.103/0001-86, situada na Rua Ângelo Santinelli, nº 315, Centro, desta Cidade, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Salmo Dias de Oliveira**, portador do RG nº 6063312864, inscrito no CPF/MF sob o nº 740.787.710-68, doravante denominado CREDENCIANTE, e _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com sede na _____, Bairro _____, doravante denominado CREDENCIADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, têm justo e acordado este Termo de Contrato conforme Edital de Chamamento Público nº 001/2020, em conformidade com o Art. 25, “Caput” da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa de engenharia, especializada em serviços especializados de engenharia para elaboração de diagnóstico energético e execução de todas as atividades necessárias a viabilizar a participação do Município de Rio dos Índios/RS nos Programas de Eficiência Energética (PEE) a serem lançados por meio de Chamadas Públicas de Projetos (CPP) publicadas pelas concessionárias e permissionárias de energia.

A contratação se dá consoante o Edital de Chamamento Público nº 001/2020, modo de disputa Fechado, bem como a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do processo referido no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 A especificação dos serviços consta detalhada no Anexo I do edital da licitação que gerou a presente contratação.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

3.1 Executar os serviços conforme especificações e condições do contrato e da proposta da Contratada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além do fornecimento dos materiais e os equipamentos, ferramentas necessárias, na qualidade e nas quantidades necessárias à sua execução.

3.2 Todos os custos com os serviços, bem como com deslocamentos, hospedagem, alimentação, etc, necessários para a Contratada solucionar questões inerentes aos serviços, não serão ressarcidos pelo Município de Rio dos Índios/RS, sendo essas despesas de responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, ainda que não previstos neste Instrumento para sua execução, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

3.4 Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica para cada Programa de Eficiência Energética para garantir a responsabilidade técnica de todos os programas que o Município de Rio dos Índios/RS se inscrever, inclusive sobre as especificações de materiais, de equipamentos e de serviços, bem como de sua fiscalização e de sua execução, assumindo todas as consequências técnicas, legais, administrativas e financeiras advindas do cálculo/definição da Relação Custo/Benefício (RCB) apresentada nas Chamadas Públicas.

3.5 Responsabilizar-se por imprimir e/ou digitalizar e entregar em cada concessionária ou permissionária todos os documentos informados pelo edital da respectiva Chamada Pública de Projetos, dentro dos prazos definidos pelas concessionárias/ permissionárias.

3.6 Realizar o levantamento e a medição dos sistemas consumidores de energia elétrica, após sua modernização, a fim de mitigar riscos de problemas futuros.

3.7 Assessorar o Município de Rio dos Índios/RS durante todo o processo, isto é, desde a elaboração do diagnóstico até a conclusão de todas as melhorias identificadas no estudo.

3.8 Emitir certificado ao final de cada etapa no qual atestará que a equipe de acompanhamento do serviço contratado participou de todas as fases do processo e da execução do projeto

3.9 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela administração, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o Município de Rio dos Índios/RS autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.11 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e as determinações em vigor.

3.12 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.

3.13 Apresentar ao Município de Rio dos Índios/RS, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

3.14 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

3.15 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

3.18 A Contratada cederá ao Município de Rio dos Índios/RS os direitos patrimoniais do produto deste Contrato, bem como a ele relativos, para sua utilização no âmbito da finalidade da participação do batalhão nos Programas de Eficiência Energética, em conformidade com os editais das Chamadas Públicas em cada local abrangido por esta contratação, para atendimento ao Município.

3.19 Quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

3.20 Ceder o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

3.21 Ceder os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

3.22 Possuir qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas, tendo em vista a complexidade das atividades a serem desenvolvidas.

3.23 Comprovar o vínculo com os profissionais, mediante cópia da carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço ou contrato social na hipótese de sócio da empresa, por ocasião da assinatura do contrato, visando evitar a terceirização das atividades.

3.24 Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços, que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Quando previsto no respectivo Edital de Chamada Pública e/ou Termo de Cooperação, firmado entre Município de Rio dos Índios/RS e concessionária ou permissionária, efetuar o pagamento à empresa pelos serviços contratados, conforme descrito em contrato.

4.2 Prestar as informações e os esclarecimentos e entregar os documentos, porventura solicitados pela administração para a perfeita execução contratual.

4.3 Comunicar à empresa quaisquer ocorrências relacionadas à execução dos serviços.

4.4 O Município de Rio dos Índios/RS reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, e ainda aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A cada etapa dos serviços executados ocorrerá a aceitação provisória pela fiscalização do Município de Rio dos Índios/RS, no prazo de até 8 (oito) dias úteis do recebimento da NF emitida pela Contratada, para efeito de liberação dos pagamentos correspondentes, para as situações em que o Município seja responsável por repassar verba a Contratada.

5.2 Cumprida a última etapa, os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

5.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e condições objeto do contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.4 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços executados.

5.5 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por representante(s) do Município de Rio dos Índios/RS, especialmente designados.

5.6 Fazendo-se necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização pode, a seu critério a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a CONTRATADA, a qual pode expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo, todavia, à Fiscalização do Município de Rio dos Índios/RS a decisão final, que ficará registrada em ata.

5.7 A Comissão de Fiscalização dos Serviços pode propor à autoridade competente, fundamentada em fatos, a suspensão da prestação dos serviços, total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em Cláusulas Contratuais.

5.8 A Fiscalização manterá contínua avaliação sobre os serviços, com o objetivo de averiguar o cumprimento das obrigações contratuais. As deficiências e/ou irregularidades eventualmente constatadas serão comunicadas formalmente.

5.9 A fiscalização pelo Município de Rio dos Índios/RS não exclui ou atenua a plena responsabilidade da CONTRATADA pela execução, supervisão e controle dos serviços, nas condições previstas no contrato firmado pelas partes.

5.10 Todas as comunicações que envolvam a execução do Contrato serão consideradas como suficientes se feitas por escrito e entregues no protocolo do Município de Rio dos Índios ou CONTRATADA ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1 O valor para pagamento à Contratada estará inserido na verba a ser obtida junto aos respectivos Programas de Eficiência Energética que obtenham êxito em sua homologação e assinatura dos Termos de Cooperação entre o Município de Rio dos Índios/RS e Concessionárias ou Permissionárias, nos termos das Chamadas Públicas a serem publicadas.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

6.2 Quando do lançamento do Edital de Chamada Pública em qualquer localidade abrangida pelo contrato firmado, a Contratada deverá apresentar os custos para execução dos trabalhos, dentro dos limites previstos e/ou permitidos pelo Edital e em consonância com os valores a serem pleiteados pelo Município de Rio dos Índios/RS conforme projeto apresentado, de forma a não prejudicar a aprovação dos projetos junto a concessionária ou permissionária.

6.3 Devido à abrangência do contrato, as concessionárias e permissionárias atuam com diferentes critérios para repasse de verbas, por este motivo haverá duas formas de desembolso financeiro, a saber:

6.3.1 Modalidade 1: A concessionária ou permissionária realizará o repasse da verba ao Município de Rio dos Índios/RS, que repassará os valores à Contratada, bem como aos fornecedores dos equipamentos, materiais e instalações, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado pelas partes.

6.3.1.1 Nestes casos, os valores serão recebidos em conta específica para o Projeto e de acordo com os procedimentos previstos no Edital de Chamada Pública.

6.3.2 Modalidade 2: A concessionária ou permissionária realizará o repasse da verba diretamente à Contratada, bem como aos fornecedores dos equipamentos, materiais e instalações. Nesta situação, o Município de Rio dos Índios/RS não receberá nenhum valor para repasse e/ ou pagamento. As questões financeiras serão tratadas diretamente entre concessionária ou permissionária e contratadas.

6.3.3 Para os casos enquadrados na Modalidade 1, os desembolsos somente serão iniciados/continuados à medida que as concessionárias ou permissionárias disponibilizem os recursos ao Município de Rio dos Índios/RS, que os repassará para pagamentos à Contratada, bem como aos fornecedores dos equipamentos, materiais e instalações, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado pelas partes.

6.3.4 Para os casos enquadrados na Modalidade 1, os pagamentos à contratada dar-se-ão conforme previsão previamente descrita na etapa de diagnóstico, cumprimento das etapas, repasse da verba por parte da concessionária e apresentação da nota fiscal correspondente.

6.3.5 Para os casos enquadrados na Modalidade 1, os pagamentos para cada etapa acordada ocorrerão após recebimento definitivo dos serviços pela equipe de fiscalização do Município de Rio dos Índios/RS, fiscalização e disponibilização dos recursos pela Concessionária ou Permissionária.

6.3.6 Para os casos enquadrados na Modalidade 1, o pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, em agência e em conta corrente indicada pela contratada em sua proposta comercial.

6.3.7 Para os casos enquadrados na Modalidade 1, os impostos serão recolhidos conforme legislação e de forma usual para os contratos do



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

Município de Rio dos Índios/RS.

6.3.8 Caso o projeto do Município de Rio dos Índios/RS seja aprovado e selecionado pela distribuidora, este estará automaticamente condicionado a Modalidade 1, para repasse das verbas à empresa Contratada.

6.4 Caso não seja concretizada a classificação e a seleção do projeto do Município de Rio dos Índios/RS em qualquer das chamadas públicas a serem lançadas, não haverá ônus ao Município.

6.5 Fica desde já convencionado que, caso o valor da verba obtida junto a concessionária ou permissionária, seja menor que o valor estimado inicialmente para o projeto, a contraprestação contratual a que a CONTRATADA fará jus estará automaticamente reduzida ao valor menor da verba obtida junto à Concessionária ou Permissionária, com todos os ônus que lhe pesem, especialmente de ordem tributária, conservada a inexistência de qualquer obrigação ao Município de Rio dos Índios de pagar, complementar ou compensar o que quer que seja em favor da CONTRATADA, ou, sequer, a terceiros, a qualquer título.

6.6 Os valores a serem pagos a Contratada serão definidos conforme limites permitidos pelos Editais de Chamada Pública a serem lançados pelas concessionárias ou permissionárias de energia elétrica e deverão estar em consonância com os valores a serem pleiteados pelo Município de Rio dos Índios/RS conforme projeto a ser apresentado, de forma a garantir que não sejam prejudicadas as aprovações dos projetos do Município de Rio dos Índios.

6.7 Nos preços mencionados estão inclusas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como: taxas, impostos, tributos, seguros, deslocamentos, materiais, mão de obra, lucros, despesas administrativas e outras.

6.8 A não conformidade dos serviços prestados implicará o pagamento proporcional aos serviços efetivamente realizados, aferidos conforme Cláusula Sétima deste Contrato Do Acordo de Níveis de Serviços (ANS).

6.9 Finalizada a apuração das conformidades, o Município de Rio dos Índios/RS informará à CONTRATADA o valor real a ser faturado/pago.

6.10 A CONTRATADA ao emitir seu documento fiscal deverá observar (apor) corretamente os dados do estabelecimento do Município de Rio dos Índios/RS que tomou o serviço, a fim de que o Município Rio dos Índios/RS possa cumprir a sua obrigação perante os entes tributários. Carta de Correção só será admitida para regularizar os dados cadastrais do Município.

6.11 A CONTRATADA deverá emitir/entregar a nota fiscal/fatura no último dia do mês de execução dos serviços no protocolo do Município, correspondente a cada etapa do cronograma físico-financeiro, executada e aceita.

6.12 Caso a CONTRATADA entregue a nota fiscal/fatura antes do



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

fechamento do mês, o prazo para pagamento estipulado neste contrato, será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente a prestação dos serviços.

6.13 No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas ou entregues ao Município de Rio dos Índios/RS em data posterior à indicada no item 6.3.2, será imputado à CONTRATADA o pagamento de eventuais encargos decorrentes do não recolhimento das contribuições e impostos sob a responsabilidade do Município.

6.14 A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal conforme os dados de faturamento de cada Regional do Município de Rio dos Índios/RS, que será informado a cada programa aprovado.

6.15 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal dos serviços, o número deste contrato, o número do processo de contratação, o número da conta– corrente, o banco e a agência com a empresa qual opera (obrigatoriamente em NOME/CNPJ da CONTRATADA), sob pena de impossibilidade do pagamento.

6.16 Os valores dos tributos incidentes sobre o serviço/fornecimento ora contratado poderão ser destacados na respectiva nota fiscal e/ou fatura sempre que a legislação tributária o permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.

6.17 Quando cabível ao objeto, o Município de Rio dos Índios/RS efetuará a retenção, na fonte, dos tributos conforme previsto nas Legislações que as regem.

6.17.1 Sendo beneficiário de desoneração estabelecida em Lei específica, a CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes junto com a nota fiscal e/ou fatura.

6.18 Caso o objeto seja prestação de serviços, vinculado à construção civil, à CONTRATADA deverá destacar no corpo do documento fiscal o valor correspondente ao material utilizado na obra, para que possa se utilizar do benefício legal da redução da base de cálculo da retenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), sendo a mesma base de cálculo utilizada para cálculo do INSS sobre a mão de obra, que será realizada pelo Órgão Financeiro Local do Município de Rio dos Índios/RS, no momento do pagamento. Não ocorrendo o referido destaque, o valor total do serviço servirá como base de cálculo do imposto a ser retido.

6.19 Quanto o objeto do contrato tratar de prestação de serviços de construção civil, por empreitada total, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da prestação do serviço (obra), a inscrição no Cadastro Nacional de Obras – CNO, bem como identificá-lo no corpo do documento fiscal

6.20 Não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e/ou se encontra em uma das situações elencadas Artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, em especial a do inciso XI, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração original do SIMPLES NACIONAL, prevista na IN 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

6.21 O Município de Rio dos Índios/RS comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estados ou Municípios, as características e os valores pagos por força desta contratação, conforme previsto no §3º do art. 55 da Lei 8666/93.

6.22 Os custos de eventuais erros de recolhimentos de impostos sob a responsabilidade do Município de Rio dos Índios/RS, em decorrência de informações incorretas por parte da CONTRATADA, serão cobrados à mesma, que se obriga a ressarcir o Município no prazo de 5 (cinco) dias da notificação, sujeita às penalidades previstas no presente contrato. Os valores poderão ser descontados das faturas a serem pagas à CONTRATADA.

6.23 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal, desde que, tenha sido realizado o recebimento parcial ou definitivo do trabalho executado.

6.23.1 Constatando-se alguma incorreção na nota fiscal e/ou fatura ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

6.24 O Município de Rio dos Índios/RS poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

6.25 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Rio dos Índios/RS, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira *TX* = percentual da taxa de juros *EM* = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento *VP* = valor da parcela em atraso



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

6.26 A correção de valor não se aplica quando o atraso se der por inadimplemento ocasionado pela CONTRATADA ou em razão do decurso de eventuais decisões relativas a multas ou outras sanções e seus recursos.

6.27 Os pagamentos efetuados a CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

7.1 No caso de descumprimento de cláusulas contratuais, serão aplicadas à Contratada, as sanções/penalidades previstas na lei 8.666/93.

7.2 Será exigido da Contratada o cumprimento e pontualidade dos prazos de entrega, qualidade técnica nos relatórios com textos objetivos e com clara possibilidade de tomada de decisão por parte do Município de Rio dos Índios/RS, considerando as Especificações Técnicas, bem como de todas as condições estabelecidas no contrato.

7.3 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela empresa ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.4 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

7.5 A fiscalização a ser exercida pelo Município de Rio dos Índios/RS não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, serviços realizados com qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da empresa ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

8.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.3 Licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

8.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

8.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

8.4.1 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

8.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA NONA – DO COMPROMISSO E DA CIÊNCIA

9.1 As partes designarão, ao repassar uma à outra, o que é “informação sigilosa”, para efeito deste contrato, atributo que implicará o não-repasse ou exposição da informação a terceiros, independentemente de posterior alteração parcial ou ainda do posterior esclarecimento ou complementação.

9.2 Para fins de repasse de informação sigilosa, as partes são classificadas como “parte fornecedora” e “parte recebedora” e o conceito de “informação sigilosa” independentemente da classificação legal que lhe seja emprestada se aplica a qualquer dado qualificado (informação, portanto) declarado como sigiloso pela parte fornecedora, seja ele tangível ou intangível, qualquer que seja o repositório que lhe dê materialidade ou acesso.

9.3 Quando houver ordem judicial de exibição da informação sigilosa a CONTRATADA: (a) limitar-se-á a informar o que lhe seja perguntado; (b) informará detalhada e completamente o Município de Rio dos Índios/RS, com máxima urgência, de modo a garantir sua interveniência útil.

9.4 A informação sigilosa poderá ser dada ao conhecimento de terceiros, se houver autorização formal. Além disso:

9.4.1 A parte recebedora somente utilizará informações sigilosas



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

exclusivamente para avaliar uma possível relação estratégica entre ambas;

9.4.2 A parte recebedora, em qualquer hipótese, tratará a informação sigilosa com o mesmo ou maior rigor que a parte fornecedora;

9.4.3 Na hipótese de autorização, o terceiro recebedor assinará termo de confidencialidade semelhante ao presente;

9.4.4 Qualquer vazamento ou divulgação não-autorizada, ainda que incidental, será dada detalhadamente ao conhecimento da parte fornecedora e receberá tratamento de contenção e mitigação por parte da parte recebedora;

9.5 O sigilo da informação aqui convencionado remanescerá por 5 (cinco) anos a contar da prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses.

10.2 Dentro do prazo de vigência do contrato a Contratada poderá representar o Município de Rio dos Índios/RS e apresentar e/ou protocolar novos projetos para as CPPs juntos às concessionárias e permissionárias, desde que haja OS emitida pelo Município de Rio dos Índios/RS autorizando a elaboração dos projetos para a mesma.

10.3 Esgotado o prazo de vigência do contrato, a Contratada continuará a representar e assessorar o Município nos projetos apresentados e/ou homologados pelas concessionárias e permissionárias durante o período em que o Contrato estava vigente.

10.3.1 O item 10.3 justifica-se, pois, os projetos poderão ser homologados pelas concessionárias ou permissionárias ou estar com suas obras em andamento após o encerramento do contrato entre Município de Rio dos Índios/RS e ESCO ou Empresa de engenharia habilitada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

11.2 Poderá o Município de Rio dos Índios/RS rescindir imediatamente este Contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela CONTRATADA, sobre as quais já tenha sido solicitada para providenciar as devidas regularizações.

11.3 As razões seguintes constituem motivo para rescisão do Contrato:

11.3.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

11.3.2 cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.3.3 A lentidão do seu cumprimento, levando o Município de Rio dos Índios a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;

11.3.4 O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

11.3.5 A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Rio dos Índios;

11.3.6 A subcontratação feita contrariamente ao artigo 78 na Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, assim como a associação do fornecedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando não admitidas no instrumento convocatório e no contrato ou, quando admitidas, se causarem prejuízo à execução do contrato.

11.3.7 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.3.8 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo Município de Rio dos Índios;

11.3.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.3.9.1 É permitido ao Município de Rio dos Índios/RS, no caso de falência ou instauração de insolvência civil do fornecedor, manter o contrato, desde que demonstrado o prejuízo de sua rescisão para o Município e a possibilidade de sua execução pelo administrador da massa falida ou pelo insolvente, sendo obrigatória a manifestação de interesse de um ou outro, conforme o caso, na continuidade da relação jurídica.

11.3.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo do Município de Rio dos Índios/RS prejudique a execução do Contrato.

11.3.11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.3.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

11.3.13 A não liberação, por parte do Município de Rio dos Índios/RS, de área, local ou objeto para a execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

11.4 A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Município de Rio dos Índios/RS, nos casos enumerados nas



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

subcláusulas 11.3.1 a 11.3.13 deste Contrato.

11.5 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, provocado por fato quanto ao qual o fornecedor não seja responsável, será prorrogado, por igual período, o cronograma de execução, automaticamente, e o prazo de vigência do contrato, se necessário.

11.6 A rescisão de que trata o item 11.4 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Rio dos Índios/RS;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual, para ressarcimento do Município de Rio dos Índios, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Rio dos Índios/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A CONTRATADA e o Município de Rio dos Índios/RS notificarão por escrito, um ao outro, sobre qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

12.2 A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização do Município de Rio dos Índios/RS não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução dos serviços.

12.3 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

12.4 Não será considerado como inadimplemento o descumprimento de cláusulas contratuais que resultem de caso fortuito ou força maior, como previsto no Artigo 393 do Código Civil.

12.5 O presente instrumento obrigará e disciplinará as partes contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este Contrato ou quaisquer direitos oriundos do mesmo sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

12.6 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

12.7 Fica a CONTRATADA obrigada a respeitar os direitos individuais e coletivos de trabalho promovendo principalmente a não discriminação, a igualdade entre homens e mulheres a fim de assegurar a justiça social.

12.8 É vedada a fixação, pela CONTRATADA, de propaganda política e/ou religiosa, cartazes, comunicados e avisos nos veículos que não sejam inerentes ao objeto do Contrato.

12.9 O Município de Rio dos Índios/RS promoverá consulta ao cadastro de regularidade de FGTS e INSS, estes por meio da declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, a Lista de Licitantes Inidôneos do TCU e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ, para identificar a situação da CONTRATADA, previamente a emissão dos Termos Aditivos que venham ser firmados, adotando as medidas pertinentes quando identificar irregularidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Nonoai/RS.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio dos Índios, ____ de ____ de ____

MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS
Contratante

Contratada

Testemunhas:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

1. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

1.1 Os treinamentos serão realizados nas dependências do Município de Rio dos Índios/RS, onde serão implementadas as ações referentes às Chamadas Públicas de Projeto e incluirão apostilas impressas/digitais e certificados por conta da Contratada.

1.2 De forma geral, os treinamentos deverão abordar as ações de eficiência energética a serem implantadas (iluminação, ar-condicionado e energia fotovoltaica) e outras que poderão ser adicionadas futuramente (como equipamentos com selo A do Procel/ Inmetro).

1.3 Especificamente, deverão ser oferecidos os seguintes treinamentos antes da assinatura do termo de cooperação entre as concessionárias e/ou permissionárias.

1.3.1 Chamada Pública – Conteúdo programático:

- Dimensionamento dos sistemas ou equipamentos a serem instalados;
- Análise de viabilidade econômica nos moldes do PROPEE;
- Etapas e procedimentos do PROPEE.
- Público-alvo: Munícipes e funcionários da Prefeitura
- Carga horária: 8 horas

1.4 Especificamente, deverão ser oferecidos os seguintes treinamentos após a assinatura do termo de cooperação entre as Concessionárias e Município de Rio dos Índios/RS:

1.4.1 Programa de Eficiência Energética – Conteúdo programático:

- O que é eficiência energética
- O que é energia renovável
- O que é o PROPEE
- Quais as ações implementadas no endereço do Município de Rio dos Índios/RS em que o treinamento será ministrado
- Quais os resultados esperados
- Benefícios para a comunidade e o empreendimento
- Público-alvo: Munícipes e funcionários da Prefeitura
- Carga horária: 4 horas



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

1.4.2 Operação e Manutenção dos novos Sistemas – Conteúdo programático:

- Como funciona o equipamento ou sistema a ser implementado, quais seus componentes, como operá-lo e mantê-lo;
- Como funciona a tecnologia do equipamento ou sistema a ser implementado, quais seus componentes, como operá-lo e mantê-lo;
- Público-alvo: Munícipes e funcionários da Prefeitura
- Carga horária: 8 horas

1.4.3 Importância do setor de Compras para o Programa de Eficiência Energética – Conteúdo programático:

- O que é o Selo Procel;
- O que é análise pelo ciclo de vida;
- Como realizar análise pelo ciclo de vida utilizando software específico para análise de viabilidade de eficiência energética,
- Qual a importância da manutenção dos sistemas eficientizados;
- Público-alvo: Munícipes e funcionários da Prefeitura.

